

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

ATA DA QUADRAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA REALIZADA NO DIA 16 DE AGOSTO DE 2018 SOB A PRESIDÊNCIA DO VEREADOR JORGE FEDERAL.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e dezoito realizou-se, no Plenário da Câmara Municipal de Olinda, a Quadragésima Oitava Reunião Ordinária sob a presidência do vereador Jorge Federal. O Presidente promoveu a abertura da Reunião Ordinária. A vereadora Graça Fonseca procedeu à verificação da presença dos vereadores. Presentes: Alexandre de Lima Freitas (IRMÃO BIÁ), Denise Almeida do Nascimento (DENISE ALMEIDA), Izael Djalma do Nascimento (MIZAEL PRESTANISTA), Jorge Salustiano de Sousa Moura (JORGE FEDERAL), Marcelo Gonçalves de Melo (PROFESSOR MARCELO), Maria das Graças Barbosa Morais Fonseca (GRAÇA FONSECA) e Severino Barbosa de Souza (BIAI). Observado o número regimental, o Presidente pôde proceder com a instalação da Sessão. O vereador Irmão Biá prosseguiu com a leitura do trecho da Bíblia Sagrada: Livro de Salmos, Capítulo 18. A vereadora Graça Fonseca realizou a leitura da Minuta da Quadragésima Sétima Reunião Ordinária, realizada no dia 14 de agosto de dois mil e dezoito. A vereadora Graça Fonseca prosseguiu com a leitura do **Expediente. OFÍCIOS:**

Ofício: nº 498/2018–GAB/SEMAPUPMO Autor: André Antony Domingos Botelho/Secretário de Meio Ambiente Urbano e Natural da PMO. Assunto: Resposta ao Ofício DL nº 2210/2018 referente ao Requerimento nº 1005/2018 de autoria do Excelentíssimo Senhor Vereador Jorge Federal, acerca do pleito do Movimento de Luta pelo povo da Ilha do Maruíim; **Ofício: nº 499/2018–GAB/SEMAPUPMO** Autor: André Antony Domingos Botelho/Secretário de Meio Ambiente Urbano e Natural da PMO. Assunto: Resposta ao Ofício nº 0029/2017 de autoria do Excelentíssimo Senhor Vereador Severino Barbosa de Souza/Biai referente à urbanização da Lagoa Santa Tereza; **Ofício: nº 851/2018–DOP/DP-CTM** Autor: Ruy do Rêgo Barros Rocha/Diretor Presidente Consórcio Grande Recife. Assunto: Resposta ao Ofício nº 1710/2018 (SIGEPE D207154-5/2018), Requerimento nº 783/2018 de autoria do Excelentíssimo Vereador Jorge Federal relativo a solicitação de linha de ônibus 1971 – Amparo Patteo Olinda Shopping; **Ofício: nº 109/2018–SINPMOL** Autor: Direção do SINPMOL. Assunto: Objetiva manter a Câmara de Vereadores de Olinda a par do processo de negociação do reajuste dos professores dessa prefeitura e vem informar que foi detectado um erro na tabela da minuta, solicitando a correção em caráter de urgência para cumprimento do termo referido; **Ofício: nº 118/2018–GAB/SEGOV** Autor: Mirella Almeida/Secretária de Governo. Assunto: Decreto do Poder Executivo Municipal Decreto nº 079/2018 – Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências. **Ofício GP nº 133/2018** Autor: Lupércio Carlos do Nascimento/Prefeito Municipal de Olinda. Assunto: Encaminha a Mensagem nº 006/2018, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que “dispõe sobre o reajuste do vencimento básico dos professores do quadro efetivo do Poder Executivo”, o qual submete à elevada apreciação desse egrégio Legislativo; **Ofício GP nº 135/2018** Autor: Lupércio Carlos do Nascimento/Prefeito Municipal de Olinda. Assunto: Encaminha a Mensagem nº 007/2018, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que “dispõe sobre o reajuste dos servidores públicos municipais do Poder Executivo regidos pela Lei nº 5.615/2008”, o qual submete à elevada apreciação desse egrégio Legislativo; **Ofício GP nº 136/2018** Autor: Lupércio Carlos do Nascimento/Prefeito Municipal de Olinda. Assunto: Encaminha a Mensagem nº 008/2018, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

“Acrescenta o parágrafo único ao art. 24, da Lei Municipal nº 6.048/2018 e dá outras providências”, o qual submete à elevada apreciação desse egrégio Legislativo; **Ofício GP nº 137/2018** Autor: Lupércio Carlos do Nascimento/Prefeito Municipal de Olinda. Assunto: Encaminha a Mensagem nº 009/2018, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que “dispõe sobre a autorização para abertura do Crédito Adicional Especial ao Orçamento de 2018 e dá outras providências”, o qual submete à elevada apreciação desse egrégio Legislativo;

REQUERIMENTOS: REQ. Nº 1294/2018 Autor: Vereador Ricardo Sousa. Assunto: Requer que seja feita a troca da lâmpada e braço de lâmpada do poste localizado na Rua 57, quadra 21, bloco A, IV Etapa de Rio Doce; **REQ. Nº 1295/2018** Autor: Vereador Ricardo Sousa. Assunto: Requer que seja feita a troca da lâmpada e braço de lâmpada do poste localizado na Rua 57, esquina com a Rua 60, IV Etapa de Rio Doce; **REQ. Nº 1297/2018** Autor: Vereador João Pé no Chão. Assunto: Requer colocação de lâmpadas, na Rua Feira Nova em frente a casa 102 em Salgadinho – Olinda; **REQ. Nº 1298/2018** Autor: Vereador João Pé no Chão. Assunto: Requer colocação de lâmpadas na Rua Herculano Bandeira em frente a casa 261 em Salgadinho – Olinda; **REQ. Nº 1299/2018** Autor: Vereador João Pé no Chão. Assunto: Requer colocação de lâmpadas na Rua Herculano Bandeira em frente à casa 268 em Salgadinho – Olinda; **REQ. Nº 1300/2018** Autor: Vereador Ricardo Sousa. Assunto: Requer colocação de lâmpada do poste localizado dentro do terreno do bloco A, na Rua 57 Quadra 21 na IV Etapa de Rio Doce – Olinda; **REQ. Nº 1302/2018** Autor: Vereador Edmilson Fernandes. Assunto: Solicita o Projeto arrumando a casa para a comunidade Ilha do Maruim, no Bairro Santa Tereza; **REQ. Nº 1303/2018** Autor: Vereador Severino Barbosa de Souza/Biai. Assunto: Requer pedido de informação quanto à situação que se encontra a UPA do Rio Doce nos seguintes pontos: 1º – Como está o prédio? 2º – Em que situação está a aquisição dos equipamentos? E; 3º – Qual a perspectiva de contratação de médicos para a unidade? **REQ. Nº 1304/2018** Autor: Vereador Severino Barbosa de Souza/Biai. Assunto: Requer serviços de recapeamento no pátio da feira do bairro do Rio Doce; **REQ. Nº 1305/2018** Autor: Vereador Severino Barbosa de Souza/Biai. Assunto: Requer com urgência a sincronização dos sinais de trânsito em todos os semáforos da cidade, no sentido de dá mais fluidez ao trânsito; **REQ. Nº 1306/2018** Autor: Vereador Severino Barbosa de Souza/Biai. Assunto: Requer podar as árvores da Praça da Rua das Camélias com a Rua do Alecrim na 2ª Etapa do bairro do Rio Doce; **REQ. Nº 1307/2018** Autor: Vereador Severino Barbosa de Souza/Biai. Assunto: Requer a pintura das lombadas da cidade, para que não haja acidentes devido as mesmas encontrarem-se escuras, principalmente na Avenida Brasil, Avenida Frederico Lundgren, no bairro do Rio Doce, Avenida Manoel Graciliano de Souza, Avenida São João Batistas no bairro do Jardim Atlântico; **REQ. Nº 1308/2018** Autor: Vereador João Pé no Chão. Assunto: Requer envio de carro sugador para limpeza de esgoto situado na Rua Eptácio Pessoa, no bairro do Umarama em Olinda. Encerrada a leitura do **Expediente**, o Presidente declarou aberto o **Livro de Oradores**. Todos os inscritos no **Livro de Oradores** dispensaram seus respectivos tempos. O Presidente colocou **EM DISCUSSÃO**: a Ata da Quadragésima Sétima Reunião Ordinária. Não houve quem quisesse discutir. **EM VOTAÇÃO**. Não houve discordância alguma. **APROVADA** a Ata da Quadragésima Sétima Reunião Ordinária. **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL)**: “Colegas vereadores, chegou o projeto aqui do reajuste dos funcionários públicos. Esse aqui é dos servidores. No projeto ele dispõe de uma equivalência de 1% para as faixas, ou seja, os valores de uma faixa para a outra tem que haver uma diferença mínima de 1%. Foi identificado pelos membros do

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

sindicato, que no anexo três nas faixas um e dois não há essa correção. Ou seja, é um erro formal, que deve ser corrigido antes de ser apreciado pelo plenário, pois se nós apreciarmos nós vamos estar apreciando uma lei que está com um erro e aí prejudica o tempo, a colocação desses tempos já a partir do mês de julho, me parece, que a lei prevê. Eu acho que a gente fazer uma emenda para apresentar um erro formal, mas ela gera a questão da iniciativa de criar despesa ao Executivo, acho que é mais importante, professor Marcelo, sei que Vossa Excelência está com a dificuldade da voz, até agradeço a presença de Vossa Excelência mesmo estando doente, mas está presente, mas eu acho que a vereadora Denise junto com Vossa Excelência que estão aqui, ela é a vice líder, poderíamos nos posicionar da seguinte forma, vou dar uma sugestão. Nós devolvermos o projeto junto com o documento do sindicato para que a Procuradoria faça a correção e mande ainda hoje essa planilha corrigida ou mande a justificativa de que não quer corrigir por outro motivo. O que a gente não pode é colocar o projeto para as comissões, como está em regime de urgência eu iria mandar para as comissões para na próxima terça ir para a votação. A gente ainda pode fazer isso se eles devolverem o projeto ainda hoje ou amanhã, as comissões trabalham na segunda-feira e a gente coloca o projeto na terça-feira. Mas, a gente quer colocar um projeto finalístico, que a tenda a negociação que houve, para não ser um projeto que a gente coloque em discussão aqui e depois ele tenha que ser corrigido. Vai perder tempo, a categoria está precisando de resolver essa questão. Então, é uma sugestão, vereadora Graça Fonseca, vou abrir a palavra para os colegas para que cada um se posicione para que a gente tome a decisão de devolver o projeto. Não é devolver por estar criticando o projeto, pois foi um projeto resultante de uma negociação, é devolver no sentido de ele poder ser corrigido esse possível erro formal. Abro a palavra para a vereadora Graça Fonseca que já se inscreveu."

O Presidente consultou o plenário quanto a devolução do projeto de lei ao Poder Executivo para que seja corrigido e reenviado à Câmara Municipal de Olinda. **VEREADORA GRACA FONSECA:** *"Eu concordo com Vossa Excelência em devolver primeiro porque como Vossa Excelência salientou esse projeto de lei é fruto de uma negociação entre as partes. Pelo que nós vimos aqui há realmente um erro na tabela, que pela forma como está eu posso até acreditar que tenha sido um erro formal. Não intencional, talvez até de digitação ou alguma assim quando foram passar para o projeto de lei. E o sindicato, inclusive, diz aqui no ofício, que já encaminhou à administração municipal a correção também em caráter de urgência. Então, fica difícil para a gente aqui modificar isso até por uma questão de impedimento de iniciativa, pois esse aumento na tabela irá importar em despesa para o município e nós não temos atribuição para isso. Então, acredito que a melhor forma e mais rápida seria exatamente do líder do governo conversar com o procurador para que faça o mais rápido possível essa correção e a comissão de legislação e justiça, da qual eu faço parte, se compromete a dar esse parecer o mais rápido possível, até porque também está em caráter de urgência e sei que para a classe é mais urgente ainda. Então, a comissão também se compromete a dar esse parecer em caráter de urgência, o mais rápido possível."*

VEREADORA DENISE ALMEIDA: *"Nós iremos, sim. Concordamos. Até mesmo porque tem que haver esse reparo, essa correção e nós iremos, eu e o professor Marcelo, que não está conseguindo falar por causa de um problema na garganta. Mas nós iremos pegar o projeto e iremos à procura do Prefeito, da Procuradoria e pediremos que façam essa correção com o máximo de urgência para que a gente possa votar."* **VEREADOR EDMILSON FERNANDES:** *"Eu também estou aqui, quase que eu não vinha, mas por*

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

causa também da garganta. Senhor Presidente, eu também concordo, estou de acordo com os companheiros até porque isso aqui não se trata de uma rejeição do que foi mandado para a gente. Nada a ver. Foi um acordo, entendeu, e essa correção acho que tem que ser feita para resguardar todo mundo e a coisa seguir pelo trâmite certo. E dizer que já é de praxe para os funcionários. Nessa Casa aqui desde o início do nosso mandato temos feito o possível para atendermos as reivindicações dos funcionários. Todos que chegam aqui nós sempre ficamos a favor e sempre estaremos. Então, quero que vocês compreendam também que se estivesse tudo certo já iria hoje, mas nós todos nos comprometemos com fazer o mais urgente possível. Acho que semana que vem isso já deve estar sendo resolvido.” **VEREADOR JESUÍNO ARAÚJO:** *“Senhor Presidente, cheguei agora, peguei praticamente o bonde andando. Eu estava em uma reunião com o Dom Abade lá no São Bento. Vi rapidamente, mas vou poder entender melhor. Pelo que eu vi o projeto que foi encaminhado pela Prefeitura está com uma distorção na questão salarial da categoria dos professores em alguma classe de professores. Então, precisa que volte para que a procuradoria reveja isso e mande de volta para esta Casa. Para não acontecer, senhor Presidente, o que aconteceu no passado, na gestão passada. Encaminharam um projeto para cá onde uma classe de professores teve um aumento e a outra classe não teve e os próprios professores não quiseram aquele aumento. Terminou numa confusão muito grande. Alguns vereadores votaram porque queriam dar o aumento, mas os professores não queriam aquele aumento. Outros vereadores votaram a favor daqueles professores que não queriam o aumento. Então, é preciso que a Prefeitura e a procuradoria reveja e mande correto para que realmente a gente possa votar na tranquilidade de acordo com o que foi discutido junto com os professores, beneficiando simplesmente os professores. Eles é que tem que ser beneficiados nessa situação. Obrigado, Presidente.”* **VEREADOR MIZAELE PRESTANISTA:** *“Eu sigo a vereadora Graça Fonseca.”* **VEREADOR IRMÃO BIÁ:** *“Senhor Presidente, eu quero dizer a Vossa Excelência que o que o sindicato decidir eu estou com vocês. O que vocês decidirem, podem contar comigo.”* **VEREADOR JOÃO PÉ NO CHÃO:** *“Como todos sabem, não é uma rejeição, é apenas uma correção. Estou de acordo plenamente.”* **VEREADOR SEVERINO BARBOSA - BIAI:** *“Nós ouvimos as ponderações do Presidente Jorge Federal acerca desse projeto, bem como da vereadora Graça Fonseca, que é da comissão de legislação, justiça e redação. Evidentemente, não li o projeto mais profundamente. No entanto, confio plenamente no que eu ouvi dos vereadores que discutiram e analisaram aqui. Então, eu acho muito justo que seja feito realmente esse retorno do projeto para a Procuradoria, órgão que compõe ou formata os projetos para que em tempo hábil ele volte para que se possa analisar aqui novamente e votarmos na próxima semana. Eu também concordo com as ponderações dos vereadores que eu falei.”* **PRESIDENTE JORGE FEDERAL:** *“Diante do posicionamento do plenário, esta Casa vai devolver, via ofício, tanto o projeto como a solicitação do sindicato dos professores da rede municipal para que o Poder Executivo possa fazer a correção na tabela e mandar pra esta Casa, o mais rápido possível, mesmo esta Casa tendo a prerrogativa de trabalhar com trinta dias, mesmo com urgência. O município estava no limite prudencial no último quadrimestre que foi apresentado aqui e o impacto financeiro desse projeto cabe uma responsabilidade à comissão de finanças da Casa solicitar ao controle interno da Prefeitura qual a capacidade financeira de garantir a aprovação desse projeto, sem haver nenhuma controvérsia junto ao Tribunal de Contas. Há um mês a Câmara aprovou um projeto de lei de reajuste de auxílio alimentação, só que dentro dos últimos seis*

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

meses do mandato da Mesa Diretora, isso incide na lei de responsabilidade fiscal, porque não pode haver nenhum acréscimo no orçamento do Poder. Da mesma forma, a lei de responsabilidade fiscal diz que quando o município está no limite prudencial ele também engessa aquele Poder a gerar qualquer acréscimo na folha. No último relatório do quadrimestre, que foi feito em abril, o município tinha saído do limite máximo e estava no limite prudencial. Pode ser que tenha havido correções de diminuição de despesas e ele tenha chegado no limite próprio para propor tal reajuste, mas o que esta Mesa encaminha é que a comissão de finanças oficie ao controle interno da Prefeitura para que eles nos enviem, de forma atual, o impacto financeiro que este projeto impõe e a capacidade da Prefeitura poder fazer. Isso é importante para que amanhã a gente não esteja nas matérias dos jornais, dizendo que a gente aprovou um projeto quando o Poder Executivo não tinha capacidade para tal. Aí o que ocorre é que o Tribunal de Contas notifica o Poder Executivo, suspendendo os efeitos daquela lei, como ocorreu em Recife, e a gente não quer passar por isso, a gente quer que o projeto seja aprovado de forma concreta e que os professores tenham a garantia do seu salário. Vencida essa proposta, passo para o Legislativo para providenciar o ofício para que a Mesa assine, encaminhando ao Poder Executivo, bem como a comissão de finanças encaminhe ao controle interno da Prefeitura a possibilidade e capacidade financeira para tal e que conceda o prazo de vinte e quatro horas para que seja informado. Queria informar, também, até de forma pública, aos colegas vereadores da preocupação desta Casa em a gente discutir um projeto que chegou do Executivo para fazer um remanejamento de verba no orçamento em cerca de um milhão de reais na Secretaria de Ação Social. É um projeto de suplementação de verba para a Secretaria de Ação Social. Também está em regime de urgência e trata da autorização de abertura de crédito adicional especial no orçamento de 2018 com relação à Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, no valor de um milhão de reais, nas ações de auxílio financeiro a pessoas físicas, garantia de concessão... novecentos e trinta mil reais nessa ação, dezessete mil na ação de consumo e quatro mil reais na ação de outro serviço e vinte e quatro mil reais em outros serviços para pessoa jurídica. Os recursos vêm da Secretaria de Obras, retirando-se cinquenta e três mil; do plano municipal de execução e atividades associadas à infraestrutura, duzentos e setenta mil; e plano municipal do desenvolvimento habitacional, cento e vinte e dois mil; da secretaria de desenvolvimento social e cidadania, vencimentos e vantagens fixas no valor de quinhentos e cinquenta e três mil. O art. 3º abre o crédito adicional especial. O programa a ser beneficiado seria a gestão de benefício do auxílio-moradia, garantia de concessão, manutenção da sede de auditoria do auxílio-moradia, novo programa de ações que passam a vigorar com a lei municipal 6.032, que é a lei orçamentária. Isso quer dizer que o Executivo está remanejando de algumas secretarias o valor aproximado de um milhão de reais para implementar na secretaria de ação social. Esse regime de urgência eu vou atender os trinta dias que a Casa tem, porque a gente precisa fazer pedido de informação ao Executivo, saber que ações são essas, onde estão esses programas, para que a gente tenha o esclarecimento de como será utilizado tal recurso e porque está sendo feita essa reposição na forma de urgência, haja vista que o nosso orçamento já está sendo cumprido 70%, já estamos quase no fim de agosto, a LDO já está na Casa, então suplementar um valor desse para uma secretaria de ação social, em que o dinheiro é gasto diretamente com pessoas físicas, no momento político que estamos, a cinquenta e cinco dias da eleição, dentro de um município da área metropolitana, precisamos

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

ter uma responsabilidade maior. Precisamos debater com urgência, mas o regimento nos apresenta trinta dias para isso, para podermos pedir informações ao Executivo, então poderemos analisar a necessidade dessa urgência, antes dos sessenta dias, que é o prazo que temos pra lei aqui na Casa. Estou dando esta opinião, mas quero ouvir os colegas para que a gente possa tomar essa decisão de forma mais equilibrada e mais responsável. Algum colega tem alguma colocação?" **VEREADOR JESUÍNO ARAÚJO:** "Pelo que entendi, já foram usados os 25% que a Prefeitura tem direito a remanejar, através de decreto, e agora ela pede um milhão de reais para que a gente possa autorizar. A minha opinião é de que o secretário de desenvolvimento social venha à Câmara para explicar pra onde vai esse dinheiro, para que a gente possa realmente votar consciente do assunto, sabendo para onde vai o dinheiro, em que está gastando e não apenas votarmos no escuro, algo que eu sinceramente não sei. São quase um milhão de reais para pessoa física, não sabemos o que é isso. Precisamos que seja esclarecido de forma transparente para que mais na frente não sejamos cobrados pela população olindense. Essa é minha opinião, senhor Presidente." O vereador Irmão Biá requereu uma questão de ordem, a qual foi deferida pelo Presidente. **VEREADOR IRMÃO BIÁ:** "Senhor presidente, quando assumi meu mandato, em 90 dias mais ou menos, o que teve de pessoas me procurando para receber o auxílio-moradia não foi brincadeira, principalmente do Vila do Tetra e de Caixa d'Água. Faz um ano que algumas pessoas não recebem. Mas o prefeito assumiu, ele está com 1 ano e 7 meses de mandato, aí agora no período eleitoral fazer essa ação. Concordo com nosso amigo vereador Jesuíno, a gente tem que saber para onde vai esse dinheiro, para esse dinheiro não ser usado para fazer campanha política. Obrigado." **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** "Mais algum vereador? Tem algum vereador contra a proposta de nós convocarmos o Secretário de Ação Social para ele explicar para onde vai esse dinheiro, qual foi o tipo de necessidade de urgência, porque se nós estamos em 2/3 do orçamento e já se utilizou todo o remanejamento que nós autorizamos aqui. E olhe que nós fomos bem positivos na liberação da possibilidade. Na verdade, essa Câmara fez um gesto ao Prefeito Lupércio para que ele pudesse governar com tranquilidade, mas, mesmo assim, em 2/3 do orçamento, nós já estamos com o remanejamento em lei. Ele remanejou por decreto até agora porque nós tínhamos dado autorização. Mas em lei ele já superou aquilo que nós tínhamos dado e agora estamos indo conceder de forma legal. É importante que os vereadores entendam o que é que está sendo proposto." **VEREADORA GRACA FONSECA:** "Concordo com Vossa Excelência e com os argumentos do vereador Jesuíno. Nós estamos passando por um cenário muito complicado no país. Nós estamos iniciando hoje oficialmente uma campanha eleitoral e eu não quero dizer de forma nenhuma, porque eu conheço a gestão, eu conheço o Prefeito, sei da honestidade e seriedade dele, mas esse tipo de projeto que chega hoje aqui põe em xeque essa Casa, porque somos nós que, dando essa autorização, sabemos que é para uma finalidade social, mas como é que a sociedade vai encarar um comportamento desse? Porque hoje a gente sabe que na boca do povo, todo político é desonesto. A gente sabe das dificuldades que nós enfrentamos para poder modificar esse pensamento, mas também eu não tiro a razão de ninguém, porque infelizmente uma grande parte da classe política fez com que se chegasse a esse convencimento por parte da sociedade. Volto a dizer que, nessas eleições agora, o cidadão brasileiro, que tanto reclama de corrupção e desonestidade, tem a maior arma que pode ter nas mãos, que é o voto. E digo mais, quem se omitir, não tem o direito de falar, e como a gente sabe, quem mais se omite é quem cobra mais. Na minha concepção

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

esse não tem o direito, porque teve como mudar e fazer a sua parte e se omitiu, então quem não participa também não pode criticar. Mas essa situação aqui é legal, a lei autoriza que se faça, mas será que é ético, num processo eleitoral, por mais que a gente saiba do benefício que pode trazer. Então, é uma discussão que tem que ser feita. Eu sinceramente, desde o meu primeiro mandato, a primeira Lei Orçamentária que aqui chegou, eu sempre fui contra esse remanejamento de 25%, porque mostra que uma gestão não tem planejamento de orçamento. Porque quando tem, vai-se dentro do que foi planejado e gasta-se. 25% para mim é muito, eu sempre fui contra, sempre apresentei emendas aqui. Num ano consegui diminuir para 15%. Nos outros anos, por questões políticas, não conseguir mudar. Nós demos na gestão do Professor Lupércio, era a primeira gestão e, por um voto de confiança, essa Casa conseguiu dar os 25% e já estamos praticamente no final do orçamento e já se gastaram esses 25%. Eu acho que hoje da forma como está aqui, sem a gente ter uma segurança, saber de onde vai tirar essa verba de 1 milhão para colocar na Secretaria de Desenvolvimento Social. Nós temos também a responsabilidade e temos que dar satisfação também, tomar uma posição. Vai haver uma audiência pública no dia 4 de setembro já para se discutir essa Lei Orçamentária. Então, a gente fazer isso num orçamento que já está findando, é preciso de que haja uma segurança, porque esta Casa, como eu disse várias vezes nas gestões anteriores, quantas vezes se jogava no apagar das luzes um projeto para cá para a Casa descascar o abacaxi, porque a decisão que fosse tomada aqui não iria recair na gestão, iria recair na figura de cada vereador que integrava a Casa. Então, é mais ou menos isso que estou vendo hoje e acho que temos que ter segurança e responsabilidade. Concordo que realmente o Secretário venha aqui e explique. Eu sei que ele vai dar as explicações plausíveis, mas a sociedade tem que saber de toda essa situação para poder também entender o porquê desse projeto de lei. Essa é a minha posição." O vereador Algério requereu uma questão de ordem, a qual foi deferida pelo Presidente. **VEREADOR ALGÉRIO - A NOSSA VOZ:** "A gente sabe teve o cuidado e a gente sempre está tendo o interesse de ajudar o nosso Prefeito Lupércio, tendo em vista a administração que ele está tendo, mas eu não tenho dúvidas de que o Secretário Odin, sendo uma pessoa conhecedora do Direito, tendo esse convite para fortalecer essa lei, mostrando a necessidade, os parâmetros e toda a situação. Isso fortalece não só a Casa Legislativa, como também a Secretaria dele e também o Prefeito. Eu vejo que é muito bom, isso só vem fortalecer. É um zelo e uma preocupação que a gente está tendo para que amanhã essa Casa ou o Prefeito possa ser questionado. E como a vereadora Graça falou, essa questão talvez não seja ilegal, mas talvez seja pelo momento que estamos passando, pode alguém poder querer levantar esse questionamento. E como essa Casa transmite ao vivo e ele vindo para cá mostrando, ficará documentado, registrado e aí só vem a fortalecer a necessidade e a coisa correta, que é essa lei para ajudar os nossos olindenses e ajudar também o nosso Secretário e o nosso Prefeito. Então, eu concordo plenamente em a gente convidar o Secretário para embasar e fortalecer essa lei que aí foi colocada para essa mudança." O vereador Jesuíno Araújo requereu uma questão de ordem, a qual foi deferida pelo Presidente. **VEREADOR JESUÍNO ARAÚJO:** "Querida registrar a presença do meu amigo Diego Chaves, foi coordenador de políticas educacionais na cidade de Olinda, fez um brilhante trabalho junto à Prefeitura, foi exonerado agora pouco, mas tenha certeza, Diego, de que o trabalho que você fez na Prefeitura foi de grande valia, fazendo inclusive parceria com a Universidade Federal e levando a Prefeitura a se aproximar da Universidade Federal e trazer grandes eventos para aqui, oferecendo

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

qualificação para os jovens da nossa cidade. Senhor presidente, quero só deixar registrado que em nenhum momento me coloquei contra a esse projeto, e sim um esclarecimento maior para que a gente pudesse realmente saber o que está sendo votado. Ser transparente com a população e mostrar a ela o que estamos votando. Se foram gastos os 25% praticamente no primeiro semestre, também concordo com a vereadora Graça de ser um percentual muito alto, então conseguiram remanejar aí cerca de 140 milhões só através de decretos. A gente aqui nessa Casa vem com um trabalho transparente, mostrando para a sociedade que os vereadores têm um compromisso com ela, até porque foi a sociedade quem nos colocou aqui. Mas teve um remanejamento de 140 milhões e, quando mandam através de decreto, a gente realmente não sabe para onde vai. Não é questão de desconfiar de ninguém, mas sejamos transparentes para que a gente possa saber, e se alguém questionar mais na frente, a gente poder dizer: 'Foram tantos milhões para a secretaria tal, mas fizeram isso, isso e isso.' Porque às vezes a gente vê um decreto, passa, e a gente não sabe para onde foi. Então, agora que veio pedindo autorização, eu acho que nada mais justo, e com a sabedoria do Secretário Odin, que é uma pessoa capaz e está a frente de uma Secretaria muito importante da cidade que meche com a vida das pessoas. Então, eu acho que ele tem totais condições de vir aqui nesta Casa passar para a gente, prestar o esclarecimento que a gente tanto precisa, para que a gente possa ter um voto consciente do que a gente está fazendo, e para que depois não venha ninguém de fora questionar algo e a gente não poder dar uma resposta positiva para essas pessoas. É só isso que a gente precisa. Muito obrigado." **PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** "Mais algum vereador? Não tendo mais o que deliberar com relação a essa posição, nós vamos fazer a convocação do Secretário de Ação Social para que ele possa explicar o projeto. Nada obstante aos vereadores terem suas posições contrárias ou a favor, independente do que ele venha justificar aqui. A única coisa que eu pontuo de forma veemente é o período eleitoral. O período eleitoral é um período em que todas as conjecturas podem ser feitas, e aí qualquer entendimento ou interpretação. Por isso que eu estou fazendo essa pontuação ao vivo aqui, quem tiver assistindo vai ter a disponibilidade do canal da Câmara para que as pessoas entendam que esta Casa não tem compromisso com qualquer fato que venha a ser duvidoso com relação à moralidade, à legalidade, o princípio, também, da transparência, que é o da publicidade. A gente está fazendo isso diuturnamente. Sabemos que com essas atitudes, muitos, talvez, achem exagero desproporcional, mas não podemos fazer diferente disso, porque é o que a sociedade quer e é o que a Lei também estabelece. A procuradoria deve ter tomado os seus cuidados, mas a procuradoria com o Poder Executivo propõe, nós aqui é que legislamos. Então, o nosso cuidado aqui é redobrado, porque ele pode propor, o controle constitucional nosso não acatar, o momento eleitoral diante de um parecer da Comissão de Constituição e Justiça, e a gente levar essa possibilidade para após as eleições. Nada obsta de ocorrer isso, uma vez, como o vereador Irmão Biá falou, as pessoas estão há dez anos nesse auxílio-moradia, o Governo está há um ano e oito meses, com essa Lei que a gente deu a possibilidade, está há oito meses praticando essa Lei. Então, o período de sessenta dias, ele não pode ser superior a todas as possibilidades anteriores, e podia até ser, se não fosse no período eleitoral. Mas dentro do período eleitoral, corremos um grande risco de sermos interpretados de forma diferente a essa que a gente está discutindo aqui. Só para acrescentar ao debate. Mas vamos chamar o Secretário aqui, nós temos trinta dias após a leitura, até o dia dezesseis de setembro, que vai cair na finalização da confirmação dos registros de candidatura. Mas estaremos aqui para até o dia dezesseis de

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

setembro poder dizer se a gente vai dar ou não essa possibilidade nesse projeto de lei.”

VEREADOR IRMÃO BIÁ: “Presidente, obrigado, que se não desse para usar o tempo, iria usar o tempo da oposição. Sr. Presidente, queria parabenizar a vereadora Graça Fonseca pela sua experiência, Vossa Excelência também. O vereador Jesuíno citou que o Secretário está pedindo autorização, agora, de regime de urgência. Ou seja, eu não quero citar nem quero pegar briga pessoal com nenhum vereador. Teve um colega nosso que disse que vai beneficiar A e B. Só vai beneficiar uma pessoa aqui, que é a candidata do Prefeito. Esta Casa aqui tem transparência, ou seja, a gente bota para novembro ou dezembro, e dá o retroativo ao pessoal. Agora, no período eleitoral dar benefício, dar uma de coitadinho, de bonzinho. A verdade é essa Sr. Presidente. Obrigado.”

PRESIDENTE (JORGE FEDERAL): “Registrada a fala dos colegas. Nós vamos solicitar a presença do Secretário de Desenvolvimento Social para prestar esclarecimentos diante desse assunto. Pedir ao legislativo, através do Diretor Legislativo que está aqui presente, que oficie a Secretaria de Desenvolvimento Social nesse sentido, e aprazar uma data com o Cerimonial e que ele também fosse para a Sessão Ordinária naquele tempo durante o expediente, para que todos os vereadores estejam presentes, ou terça, ou quinta. Não teve Livor de Oradores. Os outros projetos que viera para ad casa, tem alguns que precisam de algumas interpretações dentro do contexto político-administrativo, inclusive esse do reajuste dos servidores. Eu queria que a partir de já, as Comissões junto com o legislativo, quando a Mesa Diretora determinasse qualquer ofício, que eles fossem cumpridos de acordo com o que a gente fala aqui. Porque já houve anteriormente uma solicitação da Mesa que não se fez e a gente teve que fazer pedindo outro dia. Então, o que está sendo dito aqui, o legislativo com as Comissões, tem que pegar essa ata, que é feita com um dia, dois dias, Mas o Secretário Legislativo está aqui, já sabe do assunto, imediatamente promover esses ofícios, para que a gente não espera a ata ser aprovada para produzir o ofício, o ofício não tem vício, não tem erro de aprovação. Então, imediatamente, tanto os da questão dos professores, como o da lei do auxílio-moradia, como também do reajuste dos servidores públicos, as necessidades, e também a convocação do Secretário. Que sejam feitas imediatamente, eu fico na Casa o dia todo, eu quero assinar os documentos no mesmo dia que a gente determina.”

O Presidente solicitou à vereadora Graça Fonseca que fizesse a verificação dos vereadores presentes. Presentes: Alexandre de Lima Freitas (IRMÃO BIÁ), Algério Antônio da Silva (ALGÉRIO A NOSSA VOZ), Denise Almeida do Nascimento (DENISE ALMEIDA), Edmilson Fernandes da Silva (EDMILSON FERNANDES), Izael Djalma do Nascimento (MIZAEEL PRESTANISTA), Jesuíno Gomes de Araújo Neto (JESUÍNO ARAÚJO), João Joaquim de Melo Neto (JOÃO PÉ NO CHÃO), Jorge Salustiano de Sousa Moura (JORGE FEDERAL), Marcelo Gonçalves de Melo (PROFESSOR MARCELO), Maria das Graças Barbosa Morais Fonseca (GRAÇA FONSECA), Ricardo José de Sousa Lima (RICARDO SOUSA), Saulo Holanda Rabelo de Oliveira (SAULO HOLANDA) e Severino Barbosa de Souza (BIAI). Ausências justificadas dos vereadores José Gaudêncio de Lima Neto (NETO DA BEIRA RIO), Marcelo de Santana Soares (MARCELO SOARES), Márcio Cordeiro da Silva (MÁRCIO BARBOSA) e Vlademir Labanca Barata de Moraes (LABANCA). O Presidente Solicitou à vereadora Graça Fonseca para iniciar a **Ordem do Dia. REQUERIMENTOS: Req. Nº 1301/2018 – Autor: Mizaél Prestanista.** Assunto: Voto de Aplauso ao Sr. Cristiano Arruda, Secretário de Defesa Civil do Município, pelos relevantes serviços prestados frente a Secretaria, com a realização de operações bem sucedidas. **EM DISCUSSÃO.** Não houve quem quisesse discutir. **EM**

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

VOTAÇÃO. Não houve discordância alguma. **APROVADO o Req. N° 1301/2018 de autoria do vereador Mizael Prestanista. PRESIDENTE (JORGE FEDERAL):** “Muito justo, vereador Mizael, tanto o voto de aplauso, mas também a presença dos vereadores para podermos aprovar o voto de aplauso, porque Vossa Excelência é um vereador que chega primeiro e sai por último. Nós aqui temos a responsabilidade de atender a qualquer pedido de Vossa Excelência.” O vereador Mizael Prestanista requereu uma questão de ordem, a qual foi deferida pelo Presidente. **VEREADOR MIZAEI PRESTANISTA:** “Muito obrigado a todos os colegas. mas quem planta o bem, só colhe o bem. Eu estou aqui e só planto o bem. Então, na hora que eu preciso, só colho o bem. Muito obrigado a vocês todos.” O Presidente encerrou a Sessão Ordinária, convocando a próxima para o dia vinte e um de agosto no horário regimental. Ao final desta sessão, foi constatada, em consonância com o Livro de Presença dos Vereadores, a presença dos seguintes: Alexandro de Lima Freitas (IRMÃO BIÁ), Algério Antônio da Silva (ALGÉRIO A NOSSA VOZ), Denise Almeida do Nascimento (DENISE ALMEIDA), Edmilson Fernandes da Silva (EDMILSON FERNANDES), Izael Djalma do Nascimento (MIZAEI PRESTANISTA), Jesuíno Gomes de Araújo Neto (JESUÍNO ARAÚJO), João Joaquim de Melo Neto (JOÃO PÉ NO CHÃO), Jorge Salustiano de Sousa Moura (JORGE FEDERAL), Marcelo Gonçalves de Melo (PROFESSOR MARCELO), Maria das Graças Barbosa Morais Fonseca (GRAÇA FONSECA), Saulo Holanda Rabelo de Oliveira (SAULO HOLANDA), Severino Barbosa de Souza (BIAI) e Vlademir Labanca Barata de Moraes (LABANCA). Ausência justificada dos vereadores José Gaudêncio de Lima Neto (NETO DA BEIRA RIO), Marcelo de Santana Soares (MARCELO SOARES), Márcio Cordeiro da Silva (MÁRCIO BARBOSA) e Ricardo José de Sousa Lima (RICARDO SOUSA). O horário de encerramento desta Sessão foi às onze horas e quarenta minutos. E como mais nada constou, lavrou-se a presente ata que vai assinada pelo Presidente, 1º e 2º Vice-Presidentes, 1º e 2º Secretários.

 JORGE FEDERAL (PR)
 Presidente

 MÁRCIO BARBOSA (PC DO B)
 1º Vice-Presidente

 JESUÍNO ARAÚJO (PSDB)
 2º Vice-Presidente

 ALGÉRIO A NOSSA VOZ (PSB)
 1º Secretário

 SAULO HOLANDA (PTC)
 2º Secretário